

Hierarquias sociais e trabalhadores de bateias nos sertões da Bahia: um estudo de caso na vila aurífera de Santo Antônio da Jacobina, 1720-1723

Social hierarchies and labour of bateias in the backlands of Bahia: a case study in the gold village of Santo Antônio da Jacobina, 1720-1723

Hélida Conceição*

Resumo: A vila aurífera de Santo Antônio da Jacobina, localizada nos sertões da capitania da Bahia, foi edificada em 1722, em função das descobertas de ouro de aluvião na bacia hidrográfica do rio Itapicuru. A mineração provocou uma mudança substancial na economia da região ao atrair para as lavras indivíduos de qualidades sociais e procedências étnicas diversas. Os trabalhos de mineração com o uso de bateias nos ribeiros da vila provocaram uma sensível transformação ambiental, pois alterou a paisagem que era predominantemente formada por propriedades agropecuárias. A proposta deste artigo é analisar as dependências assimétricas e as hierarquias sociais na vila de Jacobina a partir da lista de registro de trabalhadores livres e escravos nas datas de mineração que foram anotadas entre 1720 e 1723. As condições e qualidades sociais atribuídas àqueles indivíduos serão o ponto de partida para compreender os processos de formação das hierarquias sociais que tiveram lugar naquela sociedade.

Palavras-chave: mineração; trabalhadores; hierarquias sociais.

Abstract: The gold mining village of Santo Antônio da Jacobina, located in the hinterlands of the Captaincy of Bahia, was built in 1722 due to the discovery of alluvial gold in the Itapicuru

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora adjunta no curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DEDC-II/Brasil) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História (UNEB/DEDC-II). Atualmente é pesquisadora integrada ao grupo de pesquisa O Antigo Regime nos Trópicos: Centro de Estudos sobre a Dinâmica Imperial no Mundo Português, sécs. XVI-XIX (ART/UFRJ). Colabora como investigadora no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), unidade de investigação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Possui experiência nas áreas de História da América portuguesa na época moderna, com ênfase em história ambiental das fronteiras e dos sertões americanos. E-mail: helidas@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1290-7358>.

River basin. Mining brought about a significant change in the region's economy by attracting individuals from various social backgrounds and ethnic origins to the mines. Mining activities using pans in the village's streams caused a noticeable environmental transformation, as it altered the landscape that was predominantly composed of agricultural properties. The aim of this article is to analyze the asymmetrical dependencies and social hierarchies in the village of Jacobina based on the registry list of free and enslaved workers during the mining dates recorded between 1720 and 1723. The social conditions and qualities attributed to these individuals will serve as a starting point for understanding the processes of social hierarchy formation that took place in that society.

Keywords: Mining; workers; social hierarchies.

A vila aurífera de Santo Antônio da Jacobina nos sertões da Bahia, século XVIII

A DESCOBERTA DE MINAS auríferas nos sertões da América portuguesa foi um dos acontecimentos mais relevantes do século XVIII, por seu impacto global nas relações econômicas e geopolíticas da monarquia portuguesa. As explorações e os sucessivos deslocamentos populacionais de europeus e africanos também impactaram as fronteiras internas da América portuguesa. Passadas algumas décadas, após as “guerras dos bárbaros”,¹ verificou-se a consolidação de núcleos populacionais com fazendas de gado e assentamentos de moradores no interior da capitania da Bahia. A edificação das câmaras municipais nos arraiais auríferos² favoreceu a fixação dos moradores e a organização dos poderes locais, os quais funcionavam em constante negociação com a Coroa, uma vez que o compartilhamento de poderes foi uma das marcas das sociedades do antigo regime nos trópicos.³ Além disso, as câmaras e comarcas funcionaram como expediente de dignificação dos territórios americanos,

- 1 Uma boa revisão bibliográfica sobre os temas pode ser visto em: PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002. SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras dos sertões baianos: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. LANGFUL, Hal. Frontier/Fronteira: A Transnational Reframing of Brazil's Inland Colonization. **History Compass**, 12/11, p. 843-852, 2014. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/hic3.12200>.
- 2 A pesquisa pioneira de Cláudia Fonseca é essencial para entender a criação da malha urbana em Minas Gerais, tendo em consideração o apoio da Coroa na iniciativa de particulares nos empreendimentos de conquista e fundação de povoações. Contudo, a autora ressalta que a continuidade e desenvolvimento dessas iniciativas e a elevação do estatuto político jurisdicional dos núcleos de povoamento dependiam em grande medida do reconhecimento da Coroa. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas D'El rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 32-49.
- 3 Para uma revisão historiográfica sobre as vilas do sertão baiano, ver: CONCEIÇÃO, Hélida Santos. **O sertão e o Império: as vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII**. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. 423 fls. Sobre dinâmicas de escravidão e alforrias no sertão da Bahia, ver: ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas Minas do Rio de Contas - Bahia, século XVIII**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. 255 fls.

que ao terem seu *status* elevado, passaram a integrar de forma permanente o corpo político-jurídico da monarquia pluricontinental portuguesa.⁴

As primeiras notícias de ocorrência de ouro de aluvião na capitania da Bahia foram oficialmente enviadas em 1701 pelo capitão Antônio Álvares da Silva, morador na sua fazenda em Pindoboassú (atual Pindobaçu), nos sertões de Jacobina. Esse capitão descobriu nove ribeiros de ouro e enviou as notícias para D. João de Lencastre, que era o governador-geral do Estado do Brasil.⁵ Em 5 de agosto de 1720, o rei D. João V autorizou a mineração nos ribeiros do rio Itapicuru, das Figuras, do Ouro Fino, das Almas e Rio de Contas. Em 1720, o vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes proveu o coronel e sertanista Pedro Barbosa Leal no posto de superintendente das minas da Bahia. Em 1721, o coronel se deslocou para o sertão com a missão de organizar a distribuição das datas de mineração e prover os moradores de um governo civil. Em 1722, ele foi o responsável por implementar a Câmara da vila de Santo Antônio da Jacobina (1722) e nos anos seguintes também fundou a vila de Nossa senhora do Livramento do Rio de Contas (1725). Em 1727, uma empresa conquistadora com o apoio da Câmara de Rio de Contas foi armada por Pedro Leolino Mariz, sertanista e capitão-mor ligado a Pedro Barbosa Leal. Essa ação de conquista partiu em direção ao rio de São Matheus e, em 1730, a vila de Minas Novas de Araçuaí foi edificada.⁶ Em que pese o fato dessas vilas terem sido instaladas em um território descontínuo em termos de conquista, ocupação e povoamento, as mesmas foram criadas em função da necessidade de implantação de modos de governo civil e expedientes fiscais advindos com as explorações auríferas.

Essas vilas mineradoras, como tantas outras da América portuguesa, contava com a massiva presença e atuação da mão de obra escrava. Assim, a proposta deste artigo é analisar as interações sociais dos mineradores na vila de Jacobina a partir da categoria analítica das dependências assimétricas, de modo a perceber as hierarquias que organizavam as posições e qualidades sociais dos trabalhadores livres, forros e escravos que atuavam na mineração. O estudo de caso foi realizado através do cruzamento de nomes inclusos em duas listas de mineradores produzidas, a saber, *Lista das datas que se derão das quaes se devem as dizimas a saber*,⁷ referente à

4 O recente artigo de Pedro Cardim é fundamental para compreender o estatuto político-jurídico que o território e as populações da América possuíam no seio da monarquia portuguesa durante a época moderna. CARDIM, Pedro. Conquista, província, colônia e reino. O lugar do Brasil e dos seus habitantes na estrutura político-jurídica da monarquia portuguesa (c.1500-c.1820). In: MEGIANI, Ana Paula; MIRANDA, Marcella. **Cultura política e artes de governar na época moderna**. Séculos XVI-XVIII. Porto: Editora Cravo, 2022. p. 45-102.

5 IHGB. LEAL, DL 970.3, lata 5, doc. 15, p. 58.

6 A vila de Minas Novas de Araçuaí foi criada em 1730, após a conquista do rio de São Matheus nos limites com a capitania de Minas Gerais. O território abrigou contendias entre grupos de sertanistas que disputavam o poder local no século XVIII. Ademais, o poder exercido pelos agentes fora das câmaras municipais e as contendias entre os ouvidores e governadores da Bahia e das Minas Gerais permitiu pensar aquela região como uma *fronteira pluricontinental*. Cf. BIEBER, Judy. Beyond the municipal council: pluricontinental frontier towns in the hinterlands of Bahia and Minas Gerais. In: MOTA, M. S.; ATALLAH, C. A.; DOMINGUEZ, R. C. (ed.). **Portuguese colonial cities: local dynamics, global flows** (c.1500-1900). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022. p.151-172.

7 IHGB. LEAL. DL 970.3, lata 5, doc. 15, fls.113v – 117.

distribuição das datas de mineração em 1720, e a *Lista das bateias dos mineiros da Jacobina no ano de 1723*.⁸

As listas indicaram que homens e mulheres livres, forros e escravos, pardos, pretos e negros trabalhavam em ao menos 16 ribeiros auríferos no entorno da vila de Jacobina. Os livres e forros, majoritariamente na posição de mineradores, declararam os seus escravos, que foram classificados como ‘de bateia’, ‘de roça’ e ‘incapazes’. As listas nominativas produzidas no contexto de uma sociedade escravista e naturalmente desigual demarcaram as posições e qualidades sociais constituídas nos vínculos de subordinação, dependências e interações resultantes dos conflitos e hierarquização produzidos no interior daquela comunidade mineradora. Dessa forma, as *Listas* dos mineradores expressaram o conjunto de termos utilizados nas qualificações sociais, jurídicas e de cor, trazendo evidências sobre o vocabulário social que constituíam suas hierarquias sociais. Essas posições foram moldadas nas relações entre os indivíduos e os grupos que mantinham entre si graus diferenciados de dependências assimétricas, produzidas pelas contingências sociais e laborais daquela vila mineradora.⁹

O conceito analítico de dependências assimétricas¹⁰ é recente e tem sido pensado no *cluster* de excelência do Centro de Estudos sobre Dependências e Escravidão da Universidade de Bonn, na Alemanha.¹¹ Formulada nos quadros da teoria social e cultural, a categoria de dependências assimétricas presta-se a superar a oposição binária entre escravidão e liberdade para introduzir variações de escala entre um e outro polo, oportunizando uma abordagem de ampla extensão temática, temporal e espacial, que pode ser operacionalizada sobre os sistemas sociais em perspectivas translocais e globais. A proposta analítica das dependências assimétricas também propõe uma forte interação com o método da microanálise, a partir do qual recupera-se a dimensão relacional dos agentes e os diversos e intrincados níveis de dependências das relações pessoais.¹²

Nesse sentido, a vila aurífera de Jacobina era uma comunidade de fronteira constituída na época moderna, formada hegemonicamente por indivíduos que mantinham relações desiguais entre si. Aqueles indivíduos interagem com práticas¹³ e ações sociais organizadas em escalas de dependências entre agentes humanos (ator A e ator B) atuando em interações com os elementos não humanos, nomeadamente a natureza (ribeiros

8 IHGB. LEAL. DL 970.3, lata 5, doc. 15, fls.117v – 123.

9 Indico a excelente contribuição que Guedes e Godoy trazem para problematizar a construção de vocábulos sociais e as expressões de mestiçagens de mameluco, mulato e pardo no contexto escravista e de aprisionamento de índios na vila de São Paulo no século XVII. GUEDES, Roberto; GODOY, Silvana. Escravidão e mestiçagens: mamelucos, mulatos e alguns pardos entre mil e um índios forros. São Paulo, século XVII. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 23, n. 1, p. 75-102, 2023.

10 WINNEBECK, Júlia; SUTTER, Ove; HERMANN, Adriano; ANTWEILER, Christoph; CONERMANN, Stephan. The Analytical Concept of Asymmetrical Dependency. **Journal of Global Slavery**, v. 8, 1ª ed., p. 1-59, 2023.

11 Disponível em: <https://www.dependency.uni-bonn.de/en>.

12 GRENDI, Edoardo. Microanálise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 19-38.

13 “Furthermore, we need to consider how these practices of self- and other-categorization and the use of markers of differentiation draw on, relate to, and thus articulate particular discursive orders of knowledge.” WINNEBECK, op. cit., p. 19.

de mineração), os artefatos da cultura material (bateias) e os discursos normativos (listas nominais). Portanto, observando-se a tipologia documental escolhida e suas limitações, buscaremos mostrar em que medida se percebe nas listas nominativas vestígios de mobilidade social que estavam dependentes do acesso a veios auríferos, do uso das bateias e da capacidade de circulação no espaço.

Essas listas foram anexadas ao documento intitulado *Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730*.¹⁴ No referido ano de 1730, o capitão Manoel Francisco dos Santos Soledade abriu um processo no Tribunal da Relação da Bahia no qual alegava ter sido preso injustamente pelo coronel Pedro Barbosa Leal,¹⁵ quando minerava com seus escravos nos ribeiros da Jacobina em 1721. Qualificado como réu, o coronel produziu os autos de justificação com o intuito de comprovar que as acusações do capitão Manoel Francisco dos Santos Soledade eram falsas e injustificadas. Anexo aos autos estavam duas listas contendo o nome dos indivíduos em atividades nas datas minerais de Jacobina, pois, entre os anos de 1720 e 1725, o coronel Pedro Barbosa Leal tinha como função reportar-se ao governo-geral do Estado do Brasil com informações sobre os mineiros, a distribuição das datas de mineração e a arrecadação fiscal. Nessas listas estavam discriminados os livres, escravos e forros que trabalhavam nas bateias, os arrematantes das datas de mineração, assim como os valores pagos por cada uma das datas. Em uma carta enviada em 1722 para o vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, o coronel Pedro Barbosa Leal registrou um esclarecimento sobre as condições de produção das listas dos moradores e mineiros.

Com esta remeto a Vossa Excelência as listas dos moradores e mineiros das duas companhias que há neste distrito da Jacobina, e por elas verá Vossa Excelência os que vivem de minerar, os que vivem de roças, os que estão em fazendas, e os que tratam de negócio, e vão as listas com toda a distinção.¹⁶

As listas foram anotadas por Francisco das Neves, escrivão da administração do guarda-mor das minas de Jacobina e começaram a ser confeccionadas em 1721, sendo depois ampliadas para incluir a informação de outros mineiros em 1723. Os capitães das companhias de ordenanças dos distritos de Jacobina, após receberem ordens para registrar “todas as pessoas moradoras forasteiras declarando os escravos que cada um tinha e em que serviços

14 IHGB. LEAL. DL 970.3, lata 5, doc. 15. Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos, superintendente das conquistas, e o coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730.

15 Em 1721, o coronel e sertanista Pedro Barbosa Leal foi provido por Vasco Fernandes César e Menezes, vice-rei do Estado do Brasil (1720-1735), no posto de superintendente dos distritos minerais de Jacobina e Rio de Contas, com a obrigação de aferir o número de pessoas que já estavam nos ribeiros, promover a arrecadação dos direitos régios dos quintos, nomear um guarda-mor para repartir as datas, um tesoureiro para recolher os quintos e um escrivão para registrar todas as diligências. Para maiores informações sobre a trajetória deste personagem interessantíssimo, consultar: CONCEIÇÃO, Héliada Santos. A trajetória de Pedro Barbosa Leal e as redes de conquistas no sertão da capitania da Bahia, 1690-1730. **Revista Maracanan**, [s.l.], n. 25, p. 74-102, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50406/35239>. Acesso em: 10 set. 2023.

16 AHU, Avulsos, Bahia, cx. 15, doc. 1338.

se ocupavam”,¹⁷ enviaram informações dos seus ribeiros para o escrivão incluir na relação, pois cada um deles estava responsável por exercer jurisdição fiscal em uma certa geografia dos ribeiros auríferos. Aos capitães das ordenanças competia cuidar da arrecadação fiscal, direitos régios obrigatórios para os moradores de distritos minerais, manter a ordem e evitar contendas entre os mineiros, portanto, através dessas atribuições, percebe-se a força social dos capitães das ordenanças nas vilas mineradoras.¹⁸

Convém destacar o ineditismo dessa documentação, pois listas populacionais são raras ou até desconhecidas para as outras vilas que integravam o espaço econômico da mineração na capitania da Bahia, por isso essa documentação permite fazer não somente estimativas demográficas, como também oferece evidências interessantes sobre as complexas experiências sociais dos trabalhadores das minas de Jacobina. A mineração oportunizou aos atores locais algum nível de mobilidade social e espacial em contingências produzidas nas suas relações de dependência, não somente dos escravos em relação aos seus senhores, mas também dos livres que ascenderam a postos nas ordenanças e se valeram desse prestígio exercendo poder na fiscalização dos ribeiros auríferos.¹⁹

Ademais, ressalte-se que a prospecção aurífera em Jacobina foi uma prática de longa duração que persistiu até meados do século XX, exatamente por uma particularidade geográfica que tem sua origem na constituição do termo da vila desde o período colonial. Esta particularidade remete ao fato de que os ribeiros de mineração estavam no centro do espaço urbano e o uso de bateias foi uma técnica largamente utilizada pelos moradores até bem recentemente. A Imagem 1, registrada provavelmente em meados do século XX, retrata um homem negro e uma mulher negra no meio do ribeiro do Itapicuru-mirim, com água até o joelho, posando para a fotografia com uma bateia na mão. Atrás deles, a alguns metros de distância, pode-se observar um grupo de mineradores fotografados em posições de movimento, certamente estavam bateando. A imagem permite supor que o uso de bateias para retirar ouro de aluvião foi muito mais do que o emprego técnico de um artefato de trabalho amplamente manuseados por mineradores. O uso das bateias e o emprego de pessoas de cor nessas atividades consolidou-se como uma prática social vinculada às

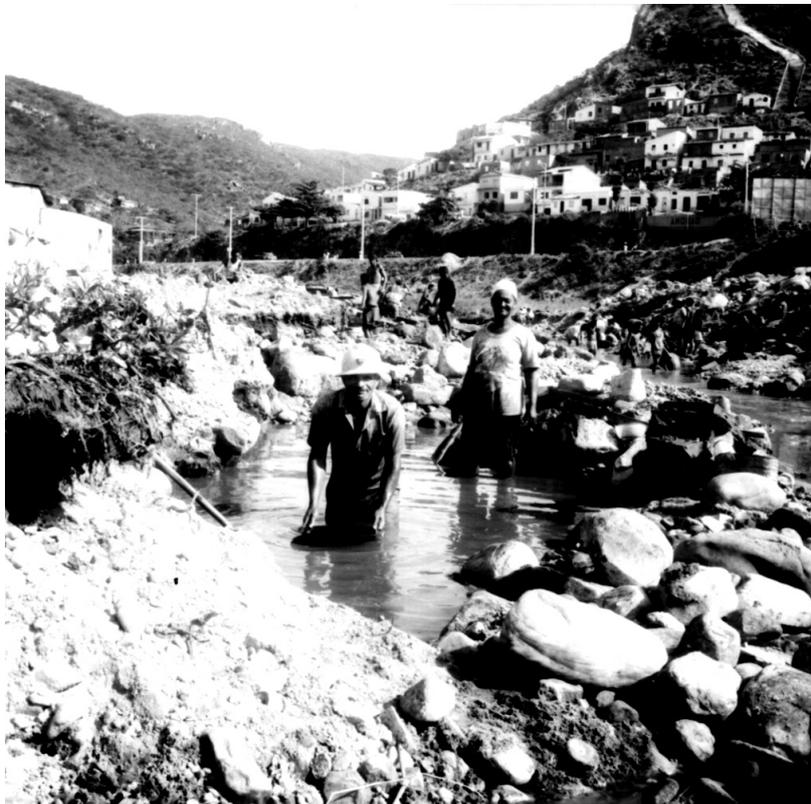
17 IHGB. LEAL. DL 970.3, lata 5, doc. 15, fls. 41.

18 No documento pode-se ler: “Provará que mandando o réu pelas referidas companhias fazer listas por todas as lavras e tomar a rol as bateias, assim para a contribuição dos quintos que pagavam como por respeito da dizima que cada um mineiro era obrigado a pagar na forma do Regimento Geral das Minas [1702] cuja lista se fez em o ano de mil e setecentos e vinte e três de que se acha a cópia em poder do Réu.” IHGB. LEAL. DL 970.3, lata 5, doc. 15.

19 Estas contingências podem ser percebidas na forma como esses indivíduos foram anotados nas listas supramencionadas e no rastreamento de seus nomes em outras listagens populacionais, como nos róis de desobriga e o livro de casamento que foi produzido pelo pároco da igreja de Santo Antônio da Jacobina. Em função das limitações de análise do tema neste artigo, os róis de desobriga e o livro de casamento da freguesia de Jacobina serão analisados colateralmente, para indicar a mobilidade espacial e outros eventos vivenciados pelos atores locais. Respectivamente: “Rol das pessoas que satisfizeram ao preceito na confissão e sagrada comunhão este presente ano de mil e setecentos e dezoito nesta matriz de Santo Antônio da Jacobina” e “Rol das pessoas que satisfizeram ao preceito da confissão e sagrada comunhão nesta Matriz de Santo Antônio da Jacobina nesta quaresma de mil e setecentos e vinte.” *In*: IHGB. LEAL. DL 970.3, lata 5, doc. 15, fls. 123-145; Arquivo do Convento de São Francisco [ACSF]. Campo Formoso: Bahia. Livro de casamentos da freguesia de Jacobina, anotados na igreja de Santo Antônio do Sertão da Jacobina. 1682-1756. 90 fls.

estratégias econômicas de sustento e sobrevivência, demarcadoras de identidades sociais e raciais recorrentes e duradouras, reproduzidas desde o século XVIII, e que até os dias atuais marcam Jacobina com o título de “Cidade do Ouro”.

Imagem 1: Minerador bateando no rio Itapicuru-mirim na atual cidade de Jacobina



Fonte: Garimpendo II, Jacobina, autoria de Lindenício Ribeiro, data não identificada, Acervo Digital NECC-UNEB, DCH-IV.

Os impactos ambientais são evidentes na fotografia, a qual demonstra o leito do rio assoreado e com enormes pedras deslocadas, resultado de séculos do ir e vir de mineradores e suas bateias que removiam os cascalhos nos leitos dos rios. Ao fundo, pode-se ver as casas simples construídas na serra do Cruzeiro, cartão postal icônico de Jacobina, mas também incorporada à paisagem urbana, com suas casas desafiando a geografia da serra de Jacobina.²⁰ Além das formações de serras, os rios urbanos de Jacobina, como o rio do Ouro e o Itapicuru-mirim, são marcos da paisagem que atestam a importância dos rios e águas para as agências socioecológicas²¹ dos moradores da localidade. O nome de rio do Ouro é

20 Fabrício Santos identifica que, em 1911, no início do século XX, foi realizado o primeiro “reconhecimento geológico regional da Bacia de Jacobina” e ao longo do avanço “no conhecimento da área, o Grupo Jacobina passou por uma série de classificações e reinterpretações”, que proporcionaram uma reclassificação das seções geológicas das serras ao redor das quais se construiu a cidade. SANTOS, Fabrício Pereira dos. **Modelamento estrutural da serra Jacobina e adjacências, Bahia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. p. 18-23.

21 O conceito de agências socioecológicas tem sido utilizado nos estudos da história ambiental. Para uma ótima referência do uso deste conceito para analisar agências humanas e suas relações com a formação de paisagens de resistências, ver: WATKINS, Case. Palmeiras africanas em solos brasileiros: transformação

certamente uma forte alusão à pujança da exploração aurífera que impactou o ordenamento do espaço urbano no século XVIII, uma vez que diversos prédios públicos, tais como a casa de fundição, implantada em 1727, e a igreja matriz de Jacobina, inaugurada em 1757, estavam próximos da bacia do Itapicuru-mirim que corta a cidade. Até os dias atuais a cidade de Jacobina demonstra a relação simbiótica entre o Itapicuru-mirim e o espaço urbano,²² revelando os entrelaçamentos ambientais e econômicos transtemporais de uma ecologia típica de sociedades mineradoras da época moderna com traços de antigo regime católico.

Mineração e mão de obra escrava nos sertões da Bahia

EM UMA SOCIEDADE mineradora, ouro e escravos são os pilares essenciais da produção econômica. A confirmação de existência de minas de ouro no Brasil colocou Portugal em posição vantajosa nas trocas europeias. Além disso, os circuitos atlânticos do tráfico de escravizados e outras *commodities* foram profundamente atravessados pela circulação do metal que elevou a América lusa, no século XVIII, à posição de principal zona de produção aurífera.²³ Leonardo Marques e Gustavo Acioli Lopes sustentam que, nas primeiras décadas dos setecentos, a entrada do ouro como moeda de troca impactou fortemente o volume de transações mercantis dos portugueses na África Ocidental. Especialmente no que tange ao tráfico de escravos realizado pelos luso-brasileiros com a Costa da Mina, é possível verificar que a exploração aurífera gerou alta demanda por mão de obra, acarretando o aumento do número de escravos desembarcados no Brasil, em especial no porto de Salvador. Segundo os autores, entre 1701 e 1730, a média de viagens entre Lisboa e a Costa da Mina e desse porto ao Brasil triplicou; além disso, a Bahia tornou-se um dos principais portos de desembarque de escravos, respondendo por 51% do volume de escravos enviados da Costa da Mina. Além disso, a entrada do ouro nesse circuito intensificou as relações entre negreiros luso-brasileiros e comerciantes ingleses, franceses e holandeses.²⁴

As descobertas auríferas afetaram diretamente a demanda, o preço, a quantidade e os expedientes de transportes de escravos da costa ocidental africana para os sertões da América portuguesa. Maximiliano Mainz levanta a hipótese de que comerciantes estrangeiros residentes em Lisboa investiram boas somas de capital no tráfico em função do aumento da demanda escravista nas minas do Brasil.²⁵ A praça mercantil da Bahia

socioecológica e a construção de uma paisagem afro-brasileira. **HALAC**. *Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 10, n. 1, p. 150-193, 2020.

22 Para conhecer outras imagens antigas da cidade de Jacobina, ver o site: <https://manifestajacobina.com.br/historia/>. Acesso em: 27 out. 2023.

23 COSTA, Leonor Freire; ROCHA, M. R.; SOUSA, R. M. **O ouro do Brasil**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2013.

24 O artigo de Leonardo Marques e Gustavo Acioli Lopes é fundamental para a compreensão da reestruturação do tráfico de africanos pelos luso-brasileiros na Costa da Mina. MARQUES, Leonardo; LOPES, Gustavo Acioli. O outro lado da moeda: estimativas e impactos do ouro do Brasil no tráfico transatlântico de escravos (Costa da Mina, c. 1700-1750). **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, ISSN 0102-4736, v. 37, n. 2, p. 5-38, jul.-dez. 2019.

25 MENZ, Maximiliano M. The Gold Mining Boom, North European Capital, and the Reorganization of the

mantinha fortes vínculos mercantis com a Costa da Mina, local de embarque de grande parte dos escravos que chegavam aos portos de Salvador e eram redistribuídos para outras capitânias. A pesquisa de lasmin Oliveira Cezar analisou o funcionamento, as conexões e redistribuição de escravos dos portos atlânticos para os sertões baianos na segunda metade dos setecentos, e analisou 1.220 registros de passaportes concedidos a tratantes que levavam escravos para as regiões auríferas. A autora entende que o sertão foi incorporado ao sistema mercantil atlântico “através da comercialização interna de escravizados para as recentes minas descobertas no interior da Bahia setecentista”.²⁶ Dessa forma, as áreas sertanejas seriam a “última rota atlântica do comércio de escravizados”,²⁷ complementando um sistema mercantil dinâmico que envolvia desde homens de negócios da cidade da Bahia até tratantes e comboieiros,²⁸ que eram os responsáveis por transportar escravos e outras mercadorias necessárias para o abastecimento das minas. Algumas iniciativas fiscais foram tomadas pela administração régia para supervisionar os fluxos de escravos dos portos para os arraiais e vilas nos sertões. Os passaportes e cartas de guia eram os documentos fiscais necessários para o transporte dos escravos e, de acordo com lasmin Cezar, as guias “continham informações referentes à data do despacho, o nome do comerciante, a quantidade de escravos, o destino no interior da América portuguesa e outros dados ligados ao sexo e à nação dos cativos”.²⁹

No caso específico das vilas de Jacobina e Rio de Contas, estima-se que conseguir bons escravos para o trabalho nas minas não deveria ser uma operação tão simples assim. Por conta da alta demanda da economia aurífera, adquirir cativos estava diretamente condicionado à variação dos preços, circuitos do tráfico e também à capacidade dos mineiros em pagar pela mão de obra. As distâncias que as vilas possuíam em relação aos portos também se mostraram como um dos fatores que deve ser levado em consideração para avaliar o fluxo de escravos que chegavam aos distritos auríferos.

Em 22 de julho de 1722, os moradores de Jacobina solicitaram ao rei a mercê de não terem seus escravos executados para o pagamento de suas dívidas particulares.³⁰

Portuguese Slave Trade in Angola (1710-1730). *Culture & History Digital Journal*, v. 12, n. 2, p. e021-e021, 2023. Sobre o impacto da mineração na economia interna e no volume de arrecadação fiscal veja-se do mesmo autor: MEINZ, Maximiliano M. **A mineração e o tráfico português de escravos**: Notas de pesquisa. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/maximiliano-m_1.%20Menz. Acesso em: 21 out. 2023. Para um amplo panorama sobre demografia escrava nas Minas Gerais, ver o trabalho clássico de BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais 1720-1888. Tradução Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004.

26 CEZAR, lasmin de Oliveira. **A última rota atlântica**: o comércio interno de escravizados rumando os sertões da Bahia setecentista, c.1759-c.1798. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. p. 43.

27 Ibidem, 2020.

28 De acordo com Júnia Furtado, “Comboieiros eram aqueles que viviam, prioritariamente, do transporte de negros do litoral para o interior”. Ver a designação que essa autora traz para tratantes, viandantes e comboieiros. FURTADO, Júnia. Teias de negócio: conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá; CAMPOS, Adriana (org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes, 2014, p. 151-175.

29 CEZAR, op. cit., 2020, p. 64.

30 AHU, Avulsos, Bahia, cx. 15, doc. 1301.

A principal preocupação dos mineiros incidia sobre os cativos que se ocupavam de tirar ouro. Alegavam que, “faltando os escravos aos mineiros, ficam inúteis as minas sem os vassallos se aproveitarem das mercês de V. Mag.^{de}”.³¹ A representação dos oficiais da câmara falava em nome de todos os mineiros de Jacobina e apontava um diagnóstico plausível sobre uma situação que acometia os arraiais de mineração nos anos iniciais: o insuficiente número de escravos e a mortalidade que grassava entre os trabalhadores. As queixas da câmara eram reais, pois a maioria dos mineiros de Jacobina possuía um ou dois escravos, portanto, um número muito baixo de cativos, o que tornava os senhores extremamente dependentes do rendimento das bateias. No mais, é preciso lembrar que esse pedido de não terem seus escravos penhorados para o pagamento de dívidas era uma tentativa de equipará-los aos plantadores de cana e senhores de engenho, que possuíam esse privilégio. De todo modo, não é demais lembrar que assim como os senhores de engenho, os mineradores também viviam endividados.

Uma outra questão relevante diz respeito ao fato de que Jacobina era uma vila pequena e na qual a proximidade existente entre senhores e seus escravos certamente condicionavam a compra de cativos, o preço das alforrias e as relações de dependências. Para a década de 1720, não há dados que confirmem grandes remessas de escravos remetidos do porto de Salvador para Jacobina ou Rio de Contas. O mais provável é que as transações comerciais de compra e venda de trabalhadores para a mineração tenham sido feitas em pequenas quantidades, a varejo, por acordos firmados na base da confiança. A documentação mostra que muitos mineradores e homens de negócios iam e vinham constantemente a Salvador, e nesse trânsito lhes eram encomendadas a compra ou venda de escravos e “outros trastes”. Esse foi o caso de Félix Barbosa Leal, que enviou uma negra para ser vendida por Manoel Francisco Soledade quando este se retirou para as minas de Jacobina.³² Em uma sociedade onde o mercado era regulado continuamente por relações parentais e políticas, os vínculos pessoais e de clientela interferiam nas transações mercantis.³³ Por outro lado, os ritmos e montantes da produção aurífera condicionavam a circulação de ouro em pó, moeda usada para adquirir escravos, podendo também ter interferido no volume de operações realizadas.

No inventário de João Pereira do Amaral, de 1727, “um gentio da Costa da Mina foi estimado em 150\$000 réis, ao passo que uma roça com engenhoca, plantação de cana e mandioca, com casas e senzalas valia 100\$000 réis”.³⁴ Em outro inventário, um escravo crioulo de nome José de Carvalho foi avaliado em 180\$000 réis, ao passo que um escravo

31 AHU, Avulsos, Bahia, cx. 15, doc. 1301.

32 LEAL, DL 970.3, lata 5, doc. 15, fls. 41v.

33 FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C.; SAMPAIO, A. C. J. Conquistadores e negociantes: história de elites no antigo regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 20.

34 Todos os exemplos de preços de escravos foram retirados do trabalho de VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. p. 286

com profissão podia custar bem mais. O preto forro Inácio Dias, em 1747, abriu um processo para a devolução de uma escrava chamada Inês, de nação covana; a mesma foi vendida por 200 oitavas de ouro em pó (não quintados), o que equivalia a 300\$000 réis, e reivindicava ainda mais uma outra escrava que era costureira e valia 205\$000 réis.³⁵ Em 1732, Luíza, também costureira, foi avaliada em 250\$000 réis.³⁶ Os preços variavam muito, pois dependiam de algumas condições, como sexo, idade, habilidades laborais, etnia e também as oscilações do mercado, dependentes da retração ou expansão do tráfico e capacidade de exploração do ouro. Um crioulinho de um ano foi avaliado em 35\$000, enquanto outro de dois anos podia valer 40\$000. Um moleque de dez anos, vaqueiro, foi avaliado em 45\$000, mas outras crianças como Maria crioulinha, valiam 72\$000. De toda sorte, o trabalho de Albertina Vasconcelos aponta que “um escravo que fosse um bom mineiro”³⁷ podia chegar a valer 170\$000 réis a prestação. A autora chama a atenção para a disparidade de valores dos cativos, pois em se tratando de inventários ou processos de cobrança de dívidas, os preços poderiam oscilar em função dos interesses de avaliadores e credores. Em 1721, Cristóvão Ribeiro de Novais, um influente capitão das ordenanças da vila, arrematou na praça pública de Jacobina uma negra por 64 oitavas de ouro, o equivalente a 96\$000 réis. No mesmo pregão, outro mulatinho de apenas seis meses foi vendido a Francisco da Costa Duarte por 20 oitavas e $\frac{3}{4}$ de ouro, o equivalente a 31\$125 réis.³⁸ Portanto, mesmo que o ritmo acelerado da mineração nos anos iniciais da década de 1720 demandasse mais mão de obra adulta e pronta para o trabalho imediato, o crescimento da população escrava na vila dependia mais do tráfico do que da reprodução endógena. Além disso, pelos poucos casos citados, havia também interesse na compra de crianças escravas, certamente por preços mais acessíveis e com expectativa de que em poucos anos estivessem prontos para o labor.

A interação entre livres, forros e escravos era uma constante no ambiente das minas, nas quais a liberdade de deslocamento era aspecto fundamental no trabalho de faiscadores, predominantemente com o uso de bateias. Muitos escravos saíam em busca de ‘catas velhas’, locais já abandonados por terem sido exauridos no afã dos primeiros anos de exploração. Essa mobilidade espacial pode ser percebida na análise das fontes consultadas e indica não somente formas estratégicas na relação dos indivíduos com os recursos naturais (ouro, ribeiros, águas, roças, gado etc.) como aponta para as agências socioecológicas, leia-se, a constante interferência dos mineradores na paisagem. É plausível supor que os moradores instalavam os arraiais bem perto dos ribeiros nos quais estavam extraindo ouro. Por este motivo, nas *Listas*, os indivíduos foram arrolados tendo em vista a espacialidade dos ribeiros, certamente uma evidência dos locais de moradia. O mapa

35 Ibidem, p. 291.

36 Ibidem, p. 291.

37 Ibidem, p. 292.

38 LEAL. DL 970.3, lata 5, doc. 15, fls. 83.

A Imagem 2 demonstra as localidades e os topônimos onde 791 mineradores viviam. Consideramos também que a fixação dos arraiais podia está condicionada aos recursos aluvionais e que essa paisagem de distribuição demográfica pode ter sofrido reveses por conta do esgotamento do ouro de aluvião. Deve-se também reiterar a posição da vila de Jacobina como uma conhecida área de produção agropecuária que, sem dúvidas, foi afetada pela mineração, tendo levado os senhores a empregar os escravos mais intensamente e por curtos períodos nas atividades de bateia em detrimento das tradicionais atividades de roças e criações, estruturadas a partir das unidades familiares de produção.

A demanda por novos trabalhadores para as minas transformou a estrutura tradicional da propriedade escrava nos locais de mineração. Angelo Carrara sintetiza importante observação ao perceber que em Minas Gerais os “roceiros e pequenos lavradores” ansiavam por aumentar sua propriedade escrava, pois isso era visto como um *status* social cobiçado, pois “era o escravismo que possuía a maior capacidade de produzir uma hierarquia de valores e, portanto, conferir lastro às moedas morais”.³⁹ Tal comportamento estava mais arraigado entre os pequenos proprietários, que cobiçavam ostentar o “título de senhor de escravos”.⁴⁰

Por outro lado, em certas situações poderia ser mais interessante para um morador já estabilizado nas minas vender seus escravos por um preço vantajoso para os recém-chegados do que reter a mão de obra consigo. Ademais, a venda de escravos também era uma forma de obter o ouro, já que a maior parte dos pagamentos eram feitos com ouro em pó. Sabe-se que a estimativa de vida útil de um escravo na mineração não ultrapassava os dez anos e os que sobreviviam dificilmente estariam em totais condições físicas para o trabalho.⁴¹ Assim, com a produtividade comprometida depois de alguns anos de duras fainas na mineração, poderia ser mais vantajoso para o proprietário vender o escravo do que arcar com os altos custos e baixos benefícios de sua manutenção. Conforme bem apontou Russel-Wood: “Diversamente (sic) de uma fazenda, uma região aurífera é um patrimônio condenado ao esgotamento.”⁴² Em primeiro lugar, as áreas mineradoras exigiam um alto custo de investimento inicial, muitas das vezes de alto risco, o que ocasionava uma atividade econômica com grandes índices de insegurança, mobilidade exagerada e demasiadamente volátil. Esses aspectos devem ser considerados para a análise da demografia nas áreas de mineração, portanto, o investimento econômico e os lucros esperados condicionavam diretamente o uso da mão de obra. Na próxima seção, a partir dos poucos rastros que

39 CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p. 264.

40 Ibidem.

41 Russel-Wood, seguindo a observação de José Vieira, o qual empreendeu uma viagem às Minas Gerais em 1800, dizia que um senhor poderia contar com 50% de mortalidade de seus escravos após dez anos e que os sobreviventes estariam fisicamente incapazes para o trabalho pesado. RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 175.

42 Ibidem, p. 160.

eles deixaram quando de sua passagem nas minas de Jacobina, demonstraremos a presença desses trabalhadores nas atividades de bateias.

Dependências assimétricas e hierarquias sociais entre os mineradores de Jacobina

No INÍCIO DA DÉCADA DE 1720, levas de portugueses, africanos e luso-brasilícos transitavam nas rotas e estradas que interligavam o porto de Salvador aos arraiais auríferos dos sertões da Bahia e das Minas Gerais. As mesmas teias de negócios que levavam gado e outras mercadorias traziam trabalhadores livres e escravos que passavam a percorrer os leitos dos rios à procura de catas para extrair ouro. Portugueses vindos de diversas partes do reino e das ilhas atlânticas, paulistas apelidados de “brancos de pequena esfera”, africanos da África Ocidental, índios, mamelucos, mulatos e mestiços, levas de anônimos, uma “arraia miúda”, estavam empregados nas atividades de mineração, faiscando em um ou outro lugar em busca do sonho do eldorado.⁴³ Sabemos sobre a impossibilidade de mensurar com exatidão a demografia de uma região aurífera, entretanto, os poucos registros que foram deixados, sobretudo para a vila de Jacobina, permitem ensaiar algumas questões sobre as dependências assimétricas e as hierarquias sociais em uma área de fronteira, com povoamento recente e grande instabilidade demográfica. Assim, a desproporção numérica entre homens e mulheres, livres e escravos, adultos e crianças, são aspectos que precisam ser considerados no entendimento das peculiaridades e hierarquias sociais que grassavam nas vilas auríferas.

No ano de 1720, o rol de desobriga anotado na igreja da freguesia de Santo Antônio da Jacobina registrou que 1.421 homens (67,3%) e 692 mulheres (32,7%), ou seja, 2.113 eram moradores em 88 localidades, dentre estas, sítios e fazendas que pertenciam ao termo da imensa freguesia de Jacobina.⁴⁴ Observando a condição jurídica, veremos que os livres conformavam 820 pessoas (38,8%), enquanto que 1.257 (59,4%) eram escravos, e os forros mencionados nesse levantamento perfaziam o número de 36 pessoas (1,7%).⁴⁵

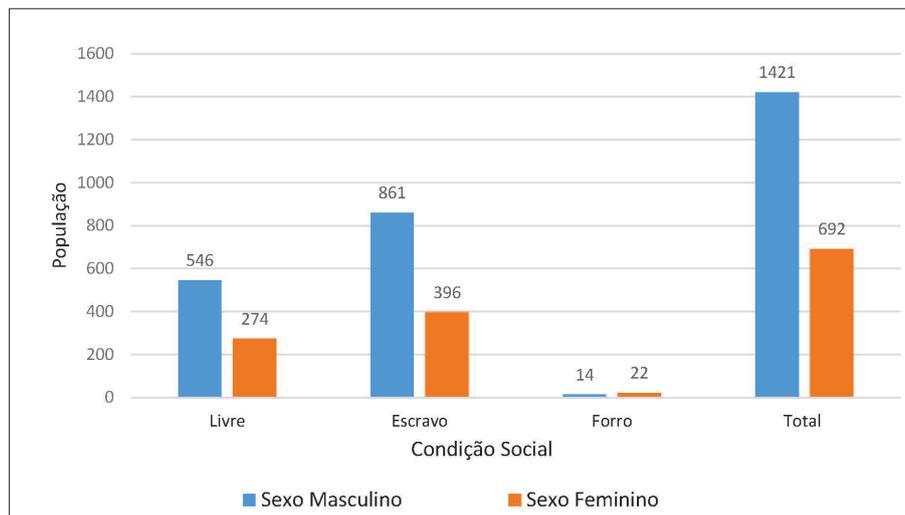
43 NEVES, Erivaldo Fagundes. Almocafres, bateias, e gente da pequena esfera: o ouro no povoamento e ocupação econômica dos sertões da Bahia. *Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia*, Salvador, v. 101, p. 123-146, 2006.

44 De acordo com o estudo de Cândido da Costa e Silva, a freguesia de Santo Antônio da Jacobina foi a primeira a ser criada no sertão de cima da capitania da Bahia, em 1657, mas efetivamente começou a funcionar na década de 1682, data inscrita na abertura do livro de casamentos da igreja de Santo Antônio da Jacobina Velha, localizada na atual cidade de Campo Formoso. O único documento que tivemos acesso e que indica as localidades integrantes da freguesia de Jacobina são os róis de desobriga anotados pelo pároco na sede da dita freguesia em 1718 e 1720. Dessa forma, através dos locais de moradia dos fregueses, foi possível identificar que a freguesia compreendia um imenso território no sertão, que ia desde o rio São Francisco até os limites entre a Bahia e Minas Gerais. Afonso Costa, no texto “Vida Eclesiástica (História de Jacobina)”, afirmou que a freguesia velha, como era conhecida a freguesia de Jacobina, foi criada entre os anos de 1683-1686, na ocasião do governo do arcebispo D. Fr. João da Madre de Deus. Respectivamente, SILVA, Candido da Costa e. **Os segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 67-73. COSTA, Afonso. Vida eclesiástica. (História de Jacobina). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4, 31 ago. 1952.

45 Note-se que há uma diferença exorbitante no tamanho territorial da freguesia de Jacobina, de território incerto, e o termo da vila de Jacobina, este sim, espaço delimitado neste estudo.

Especialmente os forros nos chamam a atenção, posto que foram registrados de forma notável pelo vigário Joseph Monteiro, como agregados em algumas residências ou mesmo constituindo domicílios independentes.

Gráfico 1: Livres, escravos e forros na freguesia de Jacobina em 1720



Fonte: autor, 2018.

Dentre esses moradores estavam os mineiros que foram registrados no documento intitulado *Lista das Bateias dos mineiros da Jacobina de 1723* e que moravam no termo da vila. Na *Lista*, os indivíduos foram arrolados a partir de seus nomes, seguidos da condição jurídica (livres, forros e escravos), condição social (patentes, ocupações), qualidade de cor (pardos, negros e pretos) e em seguida foram anotadas a quantidade e ocupação dos escravos que pertenciam a cada senhor (bateias, trabalhos com roça, gado e outros não especificados). As mulheres (livres e escravas) e os escravos menores e incapazes também foram distinguidos na *Lista*. O documento indicou 236 indivíduos que possuíam bateias ativas e foram classificados como mineiros que juntos possuíam 854 escravos, dos quais 589 eram trabalhadores de bateias nos 16 ribeiros de prospecção aurífera. A Tabela 1 indica os nomes dos capitães e os topônimos dos ribeiros sob sua fiscalização. Esses 236 indivíduos também declaram outros 250 escravos que trabalhavam nas atividades de roças e currais localizadas no termo da vila de Jacobina.

Tabela 1: Companhia dos capitães, mineiros e escravos de bateia dos ribeiros de Jacobina em 1723

Companhia	Ribeiros	Mineiros	Escravos
Capitão Antônio Moniz Barreto	a) Mocambo	31	95
	b) Figuras	14	56
	Sub-total (a+b)	45	151
Capitão Constantino Gomes Vitória	a) Jaboticabas	18	51
	b) Itapecurú	18	34
	c) Jacobina	8	29
	d) Genipapo	3	3
	e) Canavieira	12	15
	Sub-total (a+b+c+d+e)	59	132
Capitão Domingos Pereira Lobo	a) Ouro Fino	12	44
	b) Palmar	7	25
	c) Brito	8	20
	d) Santo Inácio	4	8
	Sub-total (a+b+c+d)	31	97
Capitão Francisco Barbosa	Cachoeira	11	19
Capitão Francisco de Souza	Mocambo	9	25
Capitão Gaspar Álvares da Silva	a) Missão do Bom Jesus	57	94
	b) Malhada da Pedra	4	8
	Sub-total (a+b)	61	102
Capitão Ignacio Cardoso	Cahem	20	63
Total		236	589

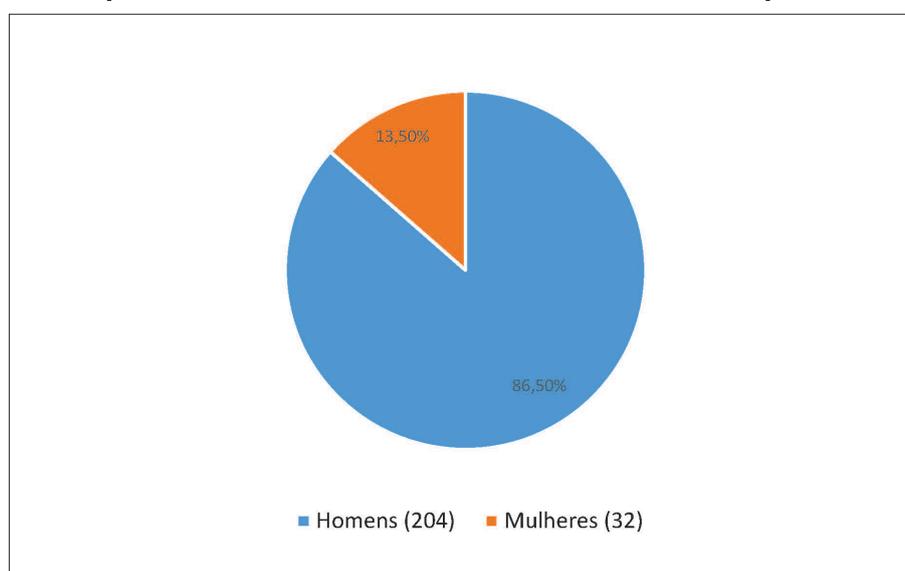
Fonte: autor, 2018.

Os sete capitães mencionados na Tabela 1 representam o *staff* da fiscalização dos ribeiros de ouro em Jacobina, locais onde exerciam a jurisdição fiscal, o poder da violência e o controle sobre os mineiros. Especialmente o capitão Constantino Gomes Vitória, um dos mais atuantes do oficialato, fiscalizava cinco localidades, nas quais havia 59 donos de bateias e mais 132 escravos que trabalhavam nos ribeiros de Jacobina, Canavieira, Itapecuru, Jaboticabas e Genipapo. Apesar de ter-se envolvido em algumas embulhadas, esse capitão atuava como homem de confiança do superintendente das minas, o coronel Pedro Barbosa Leal, o que certamente interferiu na extensa área sob sua supervisão. Constantino Gomes Vitória possuía a expressiva quantidade de 15 pessoas trabalhando diretamente em suas bateias. Desse quantitativo, 10 eram escravos de bateia, 3 eram agregados em sua casa e 2 eram escravos de Guilherme, igualmente seu escravo.⁴⁶ Fato curioso esse, pois Guilherme foi o

46 São relativamente raros os registros de escravos que possuíam outros escravos. Na documentação consultada, este foi o único caso identificado, de modo que atribuímos o registro dos escravos de Guilherme, igualmente escravo do capitão Constantino Gomes Vitória, ao prestígio que seu senhor possuía na localidade por ser homem de confiança do superintendente das minas de Jacobina, fato evidenciado na relação clientelar estabelecida entre o capitão e o coronel Pedro Barbosa Leal. Para um estudo mais pormenorizado da posse de escravos por outros escravos, consultar o recente artigo de João José Reis, no qual ele analisa a “alforria por substituição”, que consistia na estratégia de um escravo utilizar outro escravo para pagar sua liberdade. REIS, João José. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850.

único escravo a ser citado nominalmente na *Lista das Bateias dos mineiros da Jacobina de 1723*, isso possivelmente era um sinal de prestígio digno de nota, já que ele estava ligado a um dos principais capitães da vila que, por sua vez, era um agente ativo na rede clientelar do coronel Pedro Barbosa Leal, que prestava serviços ao Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei do Estado do Brasil. Além disso, a sua prerrogativa de possuir dois escravos não era em si um fato corriqueiro, ao contrário, inscrevia-se como um demarcador de vínculos de dependência com um dos capitães mais atuantes da vila e este laço o colocava em uma posição de prestígio superior no mundo da escravidão.⁴⁷ A análise da distribuição e emprego da mão de obra nas bateias pode ser lida como um fator de alta relevância para ampliar a análise da composição populacional e de sua dinâmica produtiva.

Gráfico 2: Proprietários de bateias nos ribeiros de Jacobina, por sexo, em 1723



Fonte: autor, 2018.

O Gráfico 2 demonstra a clara desproporção da presença de homens (204) e mulheres (32) proprietários de bateias nos ribeiros de Jacobina, confirmando as dissonâncias demográficas dessas áreas. Conquanto, apesar dos homens serem presença ostensiva na população das minas, mulheres e crianças também estavam envolvidas nas atividades da mineração. As 32 mulheres indicadas como proprietárias de bateias possuíam 58 escravos, dos quais 22 eram homens e oito eram mulheres empregados nas bateias; os de roça eram 12, um escravo foi qualificado como incapaz, nove estavam empregados em outras atividades e dois eram menores. Esses dois “moleques de bateia” eram escravos de Paula Dias, filha da parda Antônia Dias, e estavam juntas explorando ouro em Malhada da Pedra, sítio onde também residiam. As outras 28 mulheres foram arroladas na lista sem qualquer ocupação. Outras

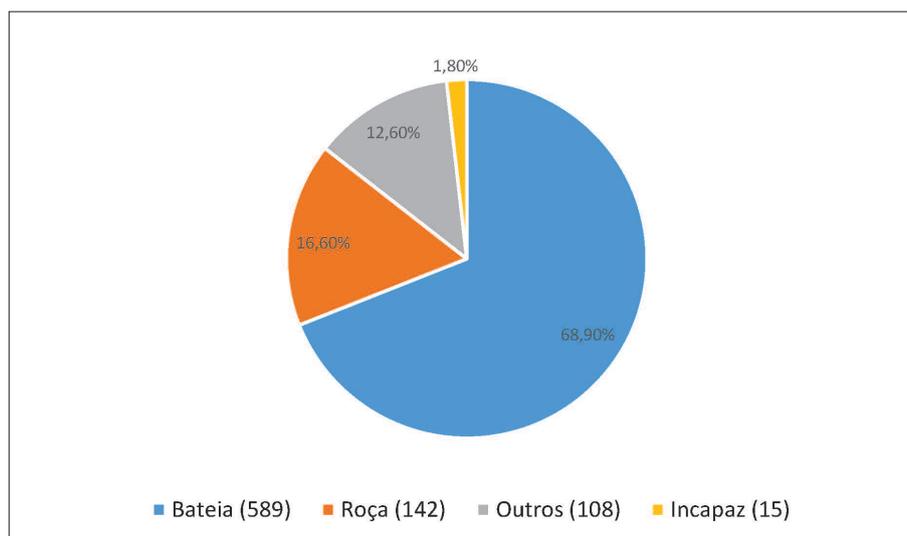
Afro-Ásia, Salvador, n. 63, p. 232-290, 2021.

47 Na fonte, a informação aparece da seguinte forma: “**O Capitão** Constantino Gomez Victoria, quinze escravos, de bateia catorze 14; A saber dez seus, dois do seu **escravo** Guilherme e três **agregados**.” (grifos nossos). IHGB. LEAL. *Lista das Bateias, 1723*, op. cit., fls. 117v.

cinco mulheres eram forras, dentre elas, quatro eram pretas e apenas uma apareceu como negra. Antônia Dias foi a única da lista referida como parda, 26 apareceram sem a qualidade de cor, dentre elas a forra Simoa Pereira.

Luiza da Silva, casada com Domingos Soares Franco, moradora em Barrocas e mãe de Maria e Rosa, foi a proprietária que mais tinha escravos. Além dos cinco cativos de bateias e um empregado em outros serviços, ela tinha agregada a si uma preta forra, ocupada de bateia. Somente duas mulheres apareceram com a indicação de 'mineira', uma delas era Sebastiana Calhelha e outra que na lista estava designada como "uma preta forra (em companhia de João Velho)". Izabel da Silva, outra preta forra, foi a única marcada como faiscadora; ela possuía um cativo. Certamente ela não era a única, pois a atividade de faiscar, ou seja, de sair à cata de ouro nas lavras velhas dos leitos dos rios era uma constante nas áreas de mineração. Segundo Russell-Wood, os escravos faiscadores gozavam de liberdades físicas e podiam com mais desenvoltura juntar ouro em pó para comprar sua carta de alforria. Eles faziam acordos com seus senhores de entregar-lhes uma determinada quantia de ouro por semana, ou seja, um jornal, e com isso o senhor isentava-se da responsabilidade de sustentá-los e eles usufruíam da liberdade de deslocar-se nos distritos auríferos. Esse pode ter sido o caso da preta forra Izabel, não se sabe ao certo, mas a possibilidade de ela ter juntado algum pecúlio como faiscadora concretizou seu desejo de liberdade. Suspeitamos que Izabel tenha sido escrava do capitão Francisco de Souza da Silva, pois seu nome aparece logo abaixo do nome do capitão que foi registrado como residente na localidade intitulada Missão do Bom Jesus, bem perto do centro da vila, e onde estava a igreja de São Francisco usada pelos franciscanos para fazer a catequese dos índios aldeados.

Gráfico 3: Perfil da mão de obra escrava de acordo com a lista de mineiros de 1723



Fonte: autor, 2018.

Já seria esperado que em uma vila mineradora 68,9% da mão de obra escrava ligada aos mineradores estivesse empregada nas bateias. Diferentemente das listas de população (róis de desobriga), as quais faziam referência a todos os moradores que estavam espalhados no imenso território da freguesia de Jacobina, a *Lista* de 1723 indicou a presença escrava no termo jurisdicional da vila, portanto, oferece-nos uma estimativa muito precisa da distribuição da mão de obra em Jacobina.

Tabela 2: Padrão de posse de escravos por proprietários de bateia em 1723

Posse de escravos	Proprietários	Porcentagem	Quantidade de escravos	Porcentagem
01-02	128	54,9%	160	18,8%
03-05	57	24,5%	219	25,6%
06-09	32	13,7%	222	26%
10-14	10	4,3%	120	14%
15-19	4	1,7%	68	8%
24	1	0,4%	24	2,8
41	1	0,4%	41	4,8%
Total⁴⁸	233	100%	854	100%

Fonte: autor, 2018.

A análise da Tabela 2 indica que 54,9% dos proprietários possuíam entre um e dois escravos, ou seja, a informação computada nessa lista confirma a observação do coronel Pedro Barbosa Leal que engrossava o coro dos mineiros, informando ao vice-rei a pouca quantidade de escravos disponíveis em relação às potencialidades das minas. Em suas palavras:

[...] porém se agora se lhes fizer algum favor se animarão muitos a vir minerar destas minas, e todas as vezes que crescer o número dos mineiros, se aumentarem em escravos será muito maior o rendimento porque as minas são certas, as faisqueiras muitas; as serras têm em si muito ouro e só faltam operários, que a rompam, e trabalhem o que os mineiros pobres com poucos escravos não podem fazer;⁴⁹

Nos anos iniciais da mineração, a quantidade de cativos era reduzida e grandes plantéis era um fenômeno raro para aquela realidade. Percebe-se também que os mineiros com poucos escravos, entre um e dois, utilizavam 82% de sua mão de obra nas atividades de mineração, pois muitos eram fiscadores e exerciam a atividade de forma individual ao lado de seus escravos. Esse quantitativo cai para 64,8%, indicando os proprietários que possuíam entre três e cinco escravos. Do total de 219 cativos pertencentes a 57 mineiros, 142 estavam ocupados em batear, portanto, os pequenos plantéis era a regra naquela sociedade, e possivelmente ser senhor de escravo era mais importante do que exatamente a quantidade de escravos. Apenas Francisco Nunes Ferreira declarou ter um plantel considerável, composto com 41 escravos, 34 de bateia e os outros 7 eram crianças. Voltaremos a esse caso mais adiante.

48 A quantidade de proprietários nesta tabela é menor, pois foram suprimidos três proprietários de bateias, os quais não indicaram posse de escravos.

49 AHU, Avulsos, Bahia, cx. 16, doc. 1378.

Na *Lista* não havia indicação daqueles que exerciam ofícios urbanos, mas supõe-se que os escravos sem indicação de trabalho de bateia estivessem ocupados em serviços domésticos ou como artesãos e ganhadores no centro da vila. Outra lacuna na fonte diz respeito à ausência de informações sobre a origem dos cativos, no caso de alguns deles serem africanos ou crioulos. Apesar da vila estar situada nas proximidades da missão franciscana de Bom Jesus da Glória, na década de 1720 não há referências a índios, mamelucos ou gentios da terra nas listas de bateias. O que consta nos registros é o designativo de ‘negro’ e ‘preto’, considerando-se que ‘negro’ podia corresponder a ‘crioulos’ e ‘preto’ poderia aludir à origem africana. Para nossa surpresa, não foram encontradas menções à nação dos escravos, uma vaga referência pode ser inferida aos proprietários que tiveram sua cor indicada, dos quais quatro eram negros e dez eram pretos. Possivelmente, essa omissão pode ter sido motivada pelo fato de que a *Lista* tinha função fiscal, pois os mineiros deveriam pagar os quintos pela quantidade de escravos de bateias.

Contudo, podemos visualizar na Tabela 3 a posição social declarada dos senhores, distinguindo, quando foi o caso, suas patentes e ofícios. Assim, 171 (72%) dos proprietários de escravos de bateia não tiveram qualquer indicador de sua posição social, mas juntos concentravam 379 (64,3%) dos escravos de bateias. Possivelmente, esses indivíduos eram recém-chegados às minas, homens e mulheres que tentavam remediar sua pobreza empregando um ou dois escravos na mineração. Esse foi um aspecto marcante da hierarquia social nos primórdios de Jacobina e demonstra a recente ocupação demográfica daquela fronteira.

Tabela 3: Proprietários de bateias e escravos, 1723

Condição social dos proprietários de bateias	Quantidade	Escravos de bateia	Escravos de bateia, roças e outros
Não informa	171	379	597
Mineiro	37	45	46
Capitão	8	42	47
Ajudante	4	25	35
Roceiro	4	1	12
Padre	3	17	18
Alferes	2	21	30
Capitão de cavalos	2	11	13
Capitão-mor	1	13	13
Coronel	1	12	17
Fiscador	1	1	1
Sargento-mor	1	13	14
Tenente	1	2	2
Tenente-coronel	1	7	9
Total	237	589	854

Fonte: autor, 2018.

O ínfimo grupo de quatro pessoas que se declararam como roceiros empregavam um escravo nas minas e todo o resto, ou seja 11, em atividades de roça. Ainda é possível visualizar que 21 indivíduos com patentes eram donos de 146 (25%) escravos de bateia e além de empregar mais 180 (21%) escravos em outras atividades. Pode não parecer muito, mas diante daquela realidade de escassez de cativos e se contabilizarmos a capacidade produtiva dessas bateias veremos que era um número substancial para o aproveitamento das datas auríferas. Em outras palavras, os homens com patentes eram os mais bem colocados nas hierarquias sociais da vila, pois somavam às suas posses o poder e prestígio das patentes e em alguns casos a ocupação de postos na câmara de vereadores da vila. Certamente o inverso também é verdadeiro, ou seja, a lógica daquela sociedade dizia que cabia aos mais proeminentes o prestígio e a proeminência econômica. Essa era um elite de pequena monta, que não investia seu capital produtivo em outra atividade que não fosse a mineração, por isso praticamente inexistiam escravos seus em atividades de roça.

Os 37 indivíduos que foram declarados como mineiros detinham 45 escravos, portanto, a grande maioria possuía apenas um escravo de bateia, com o qual deveria trabalhar lado a lado nos ribeiros. Aqueles que não tiveram nenhum indicativo de condição social declarada e nem possuíam patentes perfaziam a grande maioria dos donos de bateias, mas em geral a média de posse de escravos era muito baixa, três, quatro, possuindo entre um e quatro escravos, quase nunca extrapolando essa faixa. Os pequenos proprietários eram os que investiam tanto em roças quanto no ouro, mas mesmo assim possuíam poucos escravos. Esse cenário explica parcialmente a baixa arrecadação dos quintos que tanto atormentava os oficiais que atuavam em nome da Fazenda real. A arrecadação fiscal estava diretamente atrelada à capacidade de produção que, por sua vez, dependia dos mineiros em possuir e empregar mais mão de obra nas datas, pois naquele momento os direitos régios dos quintos incidiam por escravo de bateia, aspecto determinante no período estudado. Por outro lado, a concentração de 589 escravos nas atividades de bateia demonstra a tentativa de aproveitar ao máximo a utilização de mão de obra disponível.

Pela *Lista*, é possível relacionar várias pessoas a partir dos seus sobrenomes, mas não é possível afirmar o vínculo parental entre elas. Essa hipótese fica mais evidente quando seguimos a ordem na qual foram arrolados os nomes e, em certas circunstâncias, percebe-se que estes foram anotados de acordo com alguns vínculos mantidos entre os indivíduos. Por exemplo, Constantino Gomes Vitória e Antônio Gomes Vitória são evidentemente da mesma família e estão fiscalizando escravos de bateia no ribeiro da Jacobina. Os irmãos Antônio Ferreira e Inácio Ferreira são donos de um escravo de bateia, que devia trabalhar em dobro para sustentar dois senhores. Pedro, preto forro, e sua mulher juntaram esforços e adquiriram um escravo que lhes produzia renda, eles também aparecem juntos na *Lista*.

Tal como a mulher de Pedro na *Lista de bateias de 1723*, algumas pessoas não tiveram sequer o privilégio de terem seus nomes inscritos e isso ocorreu no caso de três

mulheres e um homem. Apesar de serem forros, os seus nomes não foram incluídos na lista, somente foi indicado o nome do chefe da casa onde eram agregados. O que isso pode significar? Vejamos os casos.

Um casal de pretos, agregados na casa de Francisco Nunes Ferreira, foram referidos como “hum preto e sua mulher agregados”. Na casa de João Velho, mineiro, morador em Canavieiras e extraindo ouro nos ribeiros próximos de sua residência, tinha “Huma preta forra em companhia do dito que minera”. Desconfiamos que essa preta provavelmente podia ser Pascoa de Flores, que estava na companhia de João Velho, em 1720, quando foram à igreja cumprir o sacramento da confissão, o que permitiu que o padre anotasse seu nome. Agregada a Luiza da Silva, casada em 1718 com Domingos Soares Franco e moradora em Barrocas, aparece “huma preta forra que tem hum escravo”. Na casa de Fradique Álvares havia uma mulher, que também possuía um escravo de bateia. Na casa do preto forro Bartolomeu Afonso, morador em Malhada da Pedra, encontramos uma negra forra agregada que também minerava. Para os outros 17 forros que estavam nas atividades de mineração, os nomes são citados; a exceção à regra ocorreu quando o forro estava agregado à casa de algum indivíduo, que possivelmente poderia ser seu ex-senhor e com o qual possivelmente mantinha laços de dependência.

Não há informação sobre as condições nas quais a lista foi confeccionada. Certamente, os nomes dos mineiros e escravos de bateias foram anotados pelo capitão da companhia que era o responsável por fiscalizar determinadas áreas e, nesses casos, quando os forros estavam agregados à casa de alguém, eles tinham seus nomes, intencionalmente ou não, omitidos. Imagino que esse detalhe traz pistas sobre a reiteração de condições de dependência, que se mantiveram mesmo com aqueles que não estariam mais na situação de escravos.

O registro do nome de Francisco Nunes Ferreira é um exemplo interessante para ser analisado. Em 1718, ele residia em Jacomohá com mais oito escravos; e em 1720, o mesmo Francisco encontrava-se morando no centro da vila de Jacobina, no sítio da Missão, na companhia de 17 pessoas entre escravos e assistentes. Em 1724, ele assistiu e assinou a ata da cerimônia de transladação da vila de Jacobina; certamente ele estava presente por ser alguém reconhecido na comunidade. Francisco Nunes, em 1723, conseguiu aumentar o seu plantel de forma considerável, pois na lista dos mineiros ele é o proprietário que aparece com o maior número de escravos. No documento, seu plantel é descrito assim: “tem quarenta e hum escravos **e só trinta e quatro de bateia** e os mais de menor idade” (grifo nosso). Sob relações de dependência, ele possuía, além dos 41 escravos, um casal de agregados, os quais tiveram seus nomes omitidos. Essas são algumas inferências que poderiam ser aprofundadas caso houvesse outras fontes disponíveis, tais como assentos de batismos, inventários e documentos notariais que atestassem os vínculos de dependência entre livres, forros e escravos. Como tais

documentos ainda não foram localizados para esta região e período analisado, só resta supor fragmentos das trajetórias sociais desses personagens.

Ademais, a Tabela 4 apresenta um panorama dos proprietários forros, escravos e agregados quando os mesmos foram registrados como senhores de escravos de bateias, com os quais, reitero, deveriam trabalhar lado a lado, reproduzindo relações de dependência típicas de uma sociedade onde as desigualdades eram naturalizadas.

Tabela 4: Proprietários de bateias por condição social, qualidade de cor e posse de escravos, 1723

Condição social e qualidade de cor	Quantidade	Escravos
Forro	6	10
Forro pardo	2	2
Forro negro	2	3
Forro preto	10	10
Forro crioulo	1	1
Agregado preto	2	2
Escravo	1	2
Total	24	30

Fonte: autor, 2018.

Foram arrolados 19 proprietários que aparecem com a condição de forros: 14 homens e cinco mulheres. Dentre eles, dois eram pardos, dois negros, quatro pretos, quatro pretas, um crioulo e os outros seis que não tiveram a cor designada. Juntos, possuíam 27 escravos distribuídos da seguinte forma: 24 escravos de bateia, um incapaz e dois escravos sem atividade especificada. Note-se a designação de ‘mineiro’ que aparece qualificando seis dos forros citados, pois apesar de cada um deles só possuir um escravo, deve ter sido importante serem distinguidos por uma ocupação. Esses indivíduos mineravam nos ribeiros de Jacobina, Canavieira, Jaboticabas, Malhada da Pedra, Missão do Bom Jesus, Caem e Mocambo, todos os distritos próximos ao centro da vila. Especialmente no Mocambo, e aí o nome é sugestivo, encontravam-se sete forros minerando, a saber: Pedro (e sua mulher),⁵⁰ Luís Pereira, João Criolo, Domingos, Julião e Antônio Dias; cada um deles possuía um escravo, e Francisco Carvalho foi o único que possuía dois escravos – todos trabalhavam na área fiscalizada pelo capitão Antônio Muniz Barreto. Dos forros, um nome em especial chama a atenção e é justo o de uma mulher, Simoa Pereira, sem designação de cor naquele ano de 1723. Ela declarou que possuía cinco escravos, sendo três de bateia e dois que cumpriam outras funções, que poderiam ser trabalhadores de roça ou empregados em alguma atividade específica. Um número considerável, para sua condição de ex-escrava. Pode-se quase imaginar o esforço e o trabalho empenhado por Simoa para tornar-se livre e ainda dispor de cinco pessoas trabalhando para ela.

50 Na fonte, somente Pedro foi distinguido como forro.

O fragmento de trajetória do preto forro Bartolomeu Afonso, já citado linhas atrás, demonstra uma mobilidade na hierarquia social. Esse foi o único caso, dentre os forros, que foi possível simultaneamente ser rastreado no rol de desobriga de 1720, nos assentos matrimoniais e na *Lista* de mineiros de 1723. Em 14 de novembro de 1723, ele casou-se na paróquia de Santo Antônio do Sertão das Jacobinas com Francisca Rodrigues, preta forra, portanto, pessoa da mesma qualidade social que a sua. No dia do seu casamento, cinco pessoas livres compareceram como testemunhas, o que indica que seu círculo de relações pessoais extrapolava o universo social da escravidão. Nesse mesmo ano, ele declarou possuir quatro escravos que junto com ele mineravam em Malhada da Pedra, local de mineração fiscalizado pelo capitão Gaspar Alvares da Silva, seu ex-senhor.

Se comparados com o *Róis de desobriga do ano de 1720*,⁵¹ a quantidade de forros citados na *Lista das Bateias* é um registro sub-representado, uma vez que no rol de desobriga de 1720 aparecem 75 forros, dentre os quais, três eram chefes de domicílios, dois deles casados, Francisco de Souza e Antônio, e o terceiro de nome Gaspar, que era solteiro e morava com sua irmã Felipa e mais uma escrava no sítio do Palmar. A expressividade de forros no termo da freguesia de Jacobina demonstra a força social desse segmento, apesar de que muitos deles estavam vivendo agregados em casas de outros chefes, provavelmente seus ex-senhores, com os quais mantinham laços de dependência, sobretudo se possuíssem algum prestígio. De qualquer modo, esses dados conduzem à hipótese de que, na década de 1720, a possibilidade da alforria deveria ser expressiva, posto que algumas condicionantes presentes naquela comunidade poderiam oportunizar aos escravos acumular pecúlio e, uma vez libertos, tornavam-se senhores de escravos, um comportamento corrente no contexto analisado. Ainda assim, insisto na hipótese de que a bateia, visto como um artefato imprescindível para minerar, estava no centro de reorganização das relações sociais e econômicas e, portanto, interferiu nos vínculos de dependências. As práticas sociais associadas aos seus usos devem ser consideradas a partir das relações de trabalho, das liberdades de deslocamento no espaço socioecológico dos ribeiros e nas negociações entre senhores e escravos.

O quantitativo de proprietários de bateias com a designação de pardos foi de 14 indivíduos, dos quais 13 eram homens e apenas uma mulher chamada Antônia Dias. Dentre os pardos, nove foram arrolados com a ocupação de mineiros e apenas dois aparecem também com o indicativo de serem forros. Juntos, possuíam 18 escravos de bateia. O pardo Felipe Gomes, que era casado com Ana Rodrigues, tinha quatro escravos de bateias trabalhando para ele. Esse mesmo pardo apareceu no rol de desobriga de 1720 morando no Itapicuru e com oito escravos em sua posse, destinados a labutar na mineração. Felipe era uma exceção, pois todos os outros pardos da *Lista* possuíam um escravo.

51 Rol de pessoas que satisfizeram ao preceito da confissão. 1718 e 1720. IHGB. LEAL – DL 970.3, lata 5, doc. 15, fls. 123 a 155.

Não custa lembrar que em uma sociedade do antigo regime a cor era não só um designativo, mas uma qualidade social, e como assegurou Roberto Guedes, em algumas situações cor e qualidade podiam ser sinônimas.⁵² Até aqui, pudemos identificar nas listas a presença dos vocábulos de cor –preto, negro, crioulo e pardo– atribuídos a indivíduos que eram forros, escravos, agregados. A designação de pardos apareceu mais para homens, assim como a qualidade de cor preta esteve mais comumente associada às mulheres; contudo, não podemos olvidar de que cada sociedade constrói seus repertórios de qualidades, e as utilizam para produzir suas hierarquias sociais e margear seus vínculos de dependências assimétricas.

Conclusão

AINDA HÁ MUITO a se dizer sobre essas listas de população referentes ao território da freguesia e termo da vila de Santo Antônio da Jacobina. As hipóteses apresentadas neste artigo resultaram da leitura e interpretação de uma pequena parte dessas listas de moradores que transitavam nos sertões da Bahia, nomeadamente na vila de Jacobina no início da década de 1720. Buscou-se refletir como os livres, forros e escravos, ocupados nas atividades de mineração, foram classificados nas *Listas* as quais normatizavam as condições jurídicas e as qualidades de cor que permeavam as hierarquias sociais e as relações de dependências assimétricas. Ao mesmo tempo, buscou-se recuperar partes de algumas trajetórias por meio do cruzamento de fontes e dos vínculos evidenciados justamente nesse repertório social demarcador de diferenças. Por outro lado, não menosprezamos as estratégias econômicas dos donos de bateias, mostrando que estes procuravam concentrar seu capital majoritariamente na posse de escravos ativos na mineração, em alguns casos, diversificando os investimentos nas atividades de roças e na pecuária; contudo, devido à natureza da fonte, estes apareceram em proporção bem menor. Outrossim, não podemos deixar de notar que os mineradores eram indivíduos que certamente buscavam remediar sua pobreza e foi possível perceber a mobilidade social em algumas trajetórias que foram recuperadas dentro dos limites da documentação. A vila aurífera de Jacobina e seus moradores, no alvorecer do século XVIII, foi uma área de recente estabelecimento de governo civil, com uma demografia instável, com trabalhadores que construíram suas estratégias de mobilidade social, nas quais interferiram as agências socioecológicas e interações entre indivíduos de procedências, qualidades e condições sociais distintas.

Recebido: 11/09/2023

Aprovado: 31/10/2023

52 GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo, trabalho, família, aliança e mobilidade social** (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2008. p. 97.